



Seringueiros e índios contra queimadas

Transformando dívida externa em defesa da ecologia

Três casos bem-sucedidos de conversão de dívida em projetos de ecologia estão chamando a atenção de ambientalistas e de banqueiros. Eles são o símbolo de uma das mais recentes inovações do mercado financeiro para aliviar a dívida do Terceiro Mundo, diminuir o risco de financiamentos e preservar recursos naturais, o que muitos consideram o principal trunfo desses países para o século XXI.

Na prática, uma organização ambientalista adquire títulos de dívida externa com desconto no mercado internacional e revende-os aos devedores. Estes pagam em moeda local, comprometendo-se em troca a aplicar os recursos em projetos de conservação da natureza elaborados e administrados basicamente pelo setor privado. O devedor reduz assim parte de seus encargos, os bancos vêem-se livres de promissórias que dificilmente seriam salda-das e o meio ambiente escapa da deterioração que lhe tem sido imposta pelo chamado "progresso" econômico.

Os pioneiros

A primeira experiência do gênero ocorreu na Bolívia, originando fundos para preservar uma área de 1,5 milhão de hectares de floresta tropical e de prados. A iniciativa partiu da Conservation International, uma entidade sem fins lucrativos sediada em Washington, que adquiriu uma dívida de US\$ 650 mil através do Citibank, no mercado secundário. Quem ajudou a financiar a operação foi a Frank Wesden Foundation, com US\$ 100 mil, tudo isso em julho do ano passado.

O programa mais ambicioso e diversificado coube à Costa Rica, que converteu US\$ 5,4 milhões para criar um Fundo de Conservação de Recursos Naturais no início deste ano. No caso, o dinheiro partiu do World Wildlife Fund e de outras organizações como a Sociedade Sueca de Conservação da Natureza. O mais recente projeto de que se tem notícia situa-se nas Filipinas, envolvendo US\$ 2 milhões, que serão distribuídos entre algumas das 7 mil ilhas que compõem o país, ajudando a preservar espécies ameaçadas como a tartaruga marinha, ou, por exemplo, um rio navegável entre cavernas.

Como tudo começou

Trocando em miúdos, a ecologia chegou ao mercado financeiro e passou a existir algo em comum entre o verde dos dólares e o verde das matas a serem preservadas. Um dos pioneiros dessa tese é Thomas Lovejoy, que lançou a idéia em 1984, quando era vice-presidente da seção norte-americana de World Wildlife Fund.

Por trás dessa inovação encontra-se uma crítica à renegociação convencional da dívida externa, que tem forçado os devedores a explorar predatoriamente seus recursos naturais, colocando assim em risco um patrimônio que será crucial para um futuro bem próximo.

Os preservacionistas sabem que é apenas um começo: conseguiram converter cerca de US\$ 16 milhões em diversos países, mas suas expectativas chegam a pelo menos alguns bilhões de dólares.

Olivier Udry

O "empate da derrubada" é a criação de um povo que depende da floresta amazônica para sobreviver: os seringueiros. Hoje eles são 70 mil trabalhadores, (500 mil pessoas contando os dependentes), todos cansados das "portarias que ninguém cumpre e das campanhas que ninguém vê", criadas pelo IBDF. Por isso eles resolveram agir, "empatar" o desmatamento e as queimadas que hoje destroem a Amazônia, formando mutirões de centenas de homens, mulheres e crianças que vão para a área que está sendo devastada e tentam estabelecer negociações. E isso, claro, muitas vezes termina em confronto.

O outro lado dessa luta dos seringueiros é mais diplomático, realizado junto ao governo para que se criem reservas extrativistas na Amazônia. Uma das formas, na opinião dos seringueiros, de se evitar que milhares de hectares de cobertura vegetal sejam eliminados em queimadas que, como o JT vem mostrando, chegam a escurecer o céu de Rondônia.

Os aliados dos seringueiros nesse trabalho extra são os índios — hoje uma população estimada em 120 mil na Amazônia. Acompanhado de perto por antropólogos, cientistas e ambientalistas, este povo já consegue penetrar no concreto de Brasília e até ser reconhecido internacionalmente. É a mudança de um modelo sócio-econômico — a valorização do homem em equilíbrio com a terra, em contrapartida ao avanço das empresas para quem homem ou terra pouco significam diante do lucro imediato.

Fruto de outro desastrado projeto do governo — quando, durante a Segunda Guerra Mundial, o presidente Getúlio Vargas incentivou a ida dos nordestinos para a Amazônia e depois os abandonou —, atualmente cada família vive numa "colocação" (um espaço dentro da mata que obedece limites não traçados no mapa, mas estabelecidos pelas gerações por fileiras de seringueiras nativas), vivendo em perfeito equilíbrio com a caça, a pesca e a extração de produtos como a borracha, castanha e óleos.

Mas a devastação começou a afetá-las diretamente, com as grandes fazendas queimando e desmatando sua matéria-prima. E isso provocou a expulsão dessa gente para a periferia das cidades. Tanto que atualmente moram na Bolívia cerca de 15 mil seringueiros. Vivem precariamente; não são sequer computados pelos censos: a Bolívia não os inclui. Nem o Brasil.

O movimento da categoria começou no fim dos anos 70, quando foram formados os primeiros sindicatos de trabalhadores rurais no Acre, e tornou-se conhecido através do 1º Encontro Nacional de Seringueiros, realizado em 85 em Brasília. Apoiados por antropólogos, agrônomos e cientistas, o encontro resultou na formação do Instituto de Estudos da Amazônia (IEA) — criado com recursos de organismos internacionais.

"Conceito de progresso"

Hoje, enquanto o governo corre às voltas com projetos mirabolantes que podem levar a Amazônia à falência, eles lutam pela criação das Reservas Extrativistas, o que vai de encontro à reforma agrária e promove equilíbrio entre o desenvolvimento e a conservação ambiental.

O pensamento de Mary Helena Allegretti, presidente do IEA, parece resumir a situação: "É hora de rever o conceito de progresso para se pensar no significado da floresta".

Mais confiáveis que o projeto de manejo sustentado firmado em julho último entre o governo do Acre e a Organização In-

Queimadas proibidas em São Paulo

A partir de amanhã, as queimadas estão proibidas em São Paulo. O governador Orestes Quércia assinou decreto proibindo o uso de fogo na limpeza e preparo do solo em todo o Estado. Em Brasília, uma das decisões da Constituinte considerou a Floresta Amazônica, a Mata Atlântica e o Pantanal mato-grossense como patrimônios nacionais (detalhes na página 8).

ternacional para o Comércio da Madeira (que objetiva o manejo da natureza através da exploração comercial com empresas privadas, mantendo os seringueiros como assalariados), os assentamentos extrativistas são unidades de conservação e produção implantadas em áreas ocupadas por grupos sociais cuja sobrevivência depende da exploração dos recursos naturais.

Através de uma concessão de uso válida por 30 anos e renovável, regularizam-se áreas coletivas de exploração garantindo o direito das populações dedicadas ao extrativismo de preservarem seu modo de vida auto-sustentável. Resolvendo também o problema econômico, técnicas essenciais são introduzidas para melhorar a qualidade do produto, baratear a produção e comercialização e iniciar seu processamento industrial. Tudo sem perturbar as condições naturais de produção e permitindo aos cientistas suas pesquisas.

Estas reservas revolucionariam também o método de colonização da Amazônia, uma vez que seriam implantadas com base na divisão arbitrária de lotes individuais e na propriedade privada. Isto porque as seringueiras, castanheiras e outros produtos encontram-se na floresta de forma desigual e irregularmente pela floresta, impondo práticas econômicas específicas.

O programa de trabalho do IEA divide-se em três fases (de 88 a 90). E vários passos já foram dados: o Mirad formou um grupo de trabalho, incluindo o Conselho Nacional de Seringueiros e o IEA, e criou a portaria 627/87, prevendo o Projeto de Assentamento Extrativo. Oficialmente, já destinou 12 áreas para este fim — 1,9 milhão de hectares distribuídos entre Acre, Rondônia, Amapá e Amazonas que deve favorecer cerca de três mil unidades familiares. Em Rondônia a secretaria estadual de Planejamento promoveu o zoneamento sócio-ecológico do estado, e já corre pelo Congresso Nacional o projeto de lei 812/88, de autoria do deputado Fábio Feldmann, dispondo sobre a criação das reservas extrativistas.

Cristina R. Durán